

Corrêa pede medidas duras contra inflação

Governo deve agir se Congresso não aprovar reformas fiscal e tributária, diz ministro

TÂNIA MONTEIRO

SANTIAGO — O ministro da Justiça, Maurício Corrêa, pediu ontem medidas mais duras contra a escalada inflacionária dos últimos meses, caso o Congresso dê sinais, até o final de novembro, de que não vai aprovar as reformas fiscal e tributária durante a revisão constitucional. "Não dá para continuar com essa inflação", disse ele, após afirmar que, "como há muita gente que deseja medidas econômicas mais drásticas, a solução seria a revisão constitucional, mas se por acaso não houver isso, eu penso que o ministro Fernando Henrique Cardoso terá que pensar no que fazer, meditar com o presidente da República, sobre medidas alternativas."

O ministro ressaltou que esse é um assunto do ministro Fernando Henrique, mas que tem influência em outros setores e por isso ele estava se manifestando. "Eu não estou falando no lugar do ministro Fernando Henrique", justificou. "Eu respeito a posição do ministro e estou afinado com ele em gênero, número e grau." Corrêa já foi advertido anteriormente pelo presidente Itamar Franco, por falar de questões econômicas.

Ele insistiu que se houver a revi-

são constitucional com reformas tributária e fiscal, haverá uma solução. Mas se isso não acontecer, "ai está o grande problema e será preciso encontrar medidas para impedir o aumento do quadro inflacionário." Corrêa não soube dizer que medidas poderiam ser estas. "Isso é com o ministro Fernando Henrique. Só acho, sinceramente, que não dá mais para agüentar essa inflação", queixou-se. "Todos nós andamos muito impacientes e preocupados."

Anualidade — "Nós devemos nos esforçar ao máximo para que haja uma solução na parte fiscal e tributária até o dia 31 de dezembro, para que seja respeitado o princípio da anualidade", afirmou o ministro da Justiça. Corrêa disse estar convencido de que o grande obstáculo para o combate à inflação é o peso do Estado.

"E esse solução tem que vir hoje", completou, demonstrando a sua impaciência com a aceleração da inflação. "Todo esforço em conjunto deverá acontecer o mais rápido possível", insistiu o mi-

PESO DO
ESTADO É O
MAIOR
OBSTÁCULO

nistro.

O ministro da Justiça aproveitou para pedir pressa também no processo de privatização. "Eu acho que deve haver celeridade", afirmou. Corrêa, que já havia defendido uma privatização mais abrangente, resalvou que este processo não deverá atingir a Petrobrás. Para ele, a decisão sobre a privatização deve ser tomada pelo governo como um todo.